



Pedro Franco/Agência Senado

Em reunião iniciada pela manhã e encerrada à noite, Comissão do Impeachment ouve especialistas apontarem crime de responsabilidade do governo Dilma, que, na opinião deles, manipulou contas públicas

Para especialistas convidados pela oposição, Dilma cometeu crime

Pedaladas fiscais e decretos orçamentários sem autorização do Congresso devem condenar a presidente, avaliaram na Comissão do Impeachment

O procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União Júlio Marcelo de Oliveira, o juiz José Maurício Conti e o advogado Fábio Medina Osório debateram por quase 11 horas com os senadores da Comissão do Impeachment aspectos técnicos e jurídicos do processo. Hoje o colegiado volta a se reunir,

dessa vez para ouvir os especialistas indicados pela defesa do governo.

Na reunião de ontem, Júlio Marcelo de Oliveira disse que o governo Dilma praticou “fraude fiscal” e “contabilidade destrutiva” ao atrasar transferências do Tesouro Nacional a bancos públicos referentes a programas sociais. José Maurício Conti criticou

as mudanças nas regras de cálculo de superavit para garantir resultados fiscais melhores. E Fábio Medina afirmou que “não basta ser honesto para comandar o Brasil, tem que ser minimamente eficiente”.

Como nas sessões anteriores da comissão, senadores da oposição e da base do governo divergiram sobre os argumentos sustentados pelos especialistas. **6 e 7**

especial Cidadania



Powtrec

Internautas pressionam provedores a não limitar velocidade da conexão

Senado ouve Anatel e provedor sobre limites à internet fixa

Três comissões do Senado fazem hoje uma audiência pública conjunta sobre limites que provedores querem impor no acesso à internet fixa. A possibilidade preocupa

os internautas, que, ao atingir o limite da franquia, teriam que pagar um valor extra para não perder velocidade — algo que já ocorre com a internet móvel. **4 e 5**

Luta para manter conquistas marca homenagem a 1º de Maio

Sessão especial pelo Dia do Trabalho registrou protestos de senadores, magistrados e representantes de trabalha-

dores sobre risco de retrocesso com eventual mudança de governo. Jorge Viana listou conquistas trabalhistas. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Paim (D) conduz sessão de comemoração ao Dia Mundial do Trabalhador

Uso de tecnologia na escola é falho, diz especialista

A educação é o setor em que o uso da tecnologia está mais atrasado no país, disse representante da Unesco em debate promovido ontem pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso. Essa falha, alertou o especialista, compromete a formação das gerações futuras.

A liberdade de expressão e tentativas de cerceamento da atividade jornalística também foram abordadas no debate, promovido para marcar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, comemorado hoje. **3**

Debatedores temem retrocesso em direitos femininos

Representantes sindicais e do governo participaram ontem de debate sobre a democracia, com foco nos direitos das mulheres, na Comissão de Direitos Humanos. Eles destacaram conquistas

como a universalização da política de combate à violência contra as mulheres e a lei das trabalhadoras domésticas. Pediram ainda igualdade salarial e respeito à licença-maternidade. **8**



Gerardo Magela/Agência Senado

Na Comissão de Direitos Humanos, Regina Sousa (C) preside debate sobre a democracia e as conquistas das mulheres

Reformulada, Em Discussão! trata de dengue e mulher **8**

Comissão de Orçamento define integrantes **3**

A caminho do Rio, tocha passa pelo Congresso hoje **2**

Delcídio quer anular processo por quebra de decoro **8**

Dia do Trabalho: protestos contra risco de perder direitos

Sessão especial foi marcada por discursos sobre a possibilidade do vice-presidente, Michel Temer, retirar conquistas dos trabalhadores se assumir após o afastamento da presidente, Dilma Rousseff

SOB GRITOS, VAIAS e aplausos, em sessão especial no Plenário do Senado para homenagear o 1º de Maio, Dia do Trabalho, representantes de entidades trabalhistas, da magistratura e senadores da base do governo, contrários ao impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, protestaram por acreditar na possibilidade de retirada de direitos trabalhistas num eventual governo do vice-presidente, Michel Temer. O único a se manifestar favorável ao impeachment foi Hélio José (PMDB-DF), garantindo que Temer vai preservar os direitos sociais.

Requerida por Paulo Paim (PT-RS), a sessão teve a abertura presidida por Jorge Viana (PT-AC), que listou as conquistas históricas dos trabalhadores e lamentou viver esse momento na política brasileira. Ele disse não acreditar em julgamento justo de Dilma.

— Não acredito em julgamento sequer nenhum, se já temos, paralelo ao governo eleito nas urnas, outro governo sendo montado, como se já soubesse o resultado que dará o Senado — disse Viana.

Após discursar contra a precariedade das condições de trabalho e contra projetos como o da terceirização, Hélio José disse que esteve com Temer e este garantiu não mexer nos direitos dos trabalhadores. Diante dessa colocação, o senador foi vaiado pelo público, mas reafirmou a posição.

— Não adianta a rebeldia. A admissibilidade vai acontecer neste Plenário. Teremos 180 dias em que será necessária muita organização de todos os trabalhadores para resistir à sanha de tirar direitos. Estarei do lado de vocês — disse, sendo aplaudido, mas confirmando o voto pela admissibilidade do impeachment.

Manifestaram-se contra o impeachment os senadores Donizeti Nogueira (PT-TO),



Plenário abre sessão do Dia Mundial do Trabalhador com o Hino Nacional

Telmário Mota (PDT-RR) e Regina Sousa (PT-PI). Ao final da sessão, Paim afirmou que o 1º de Maio deste ano foi de tristeza porque estão “atacando covardemente a democracia”. O senador defendeu a honestidade de Dilma e disse que a presidente, a pedido dele, não enviou a reforma da Previdência ao Congresso, mas que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, constituiu grupo de trabalho para propor a reforma.

— Se acontecer o pior, teremos Cunha na Presidência. Duvido que o povo brasileiro queira isso — afirmou.

Retrocesso

O presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho, alertou para a existência de 55 projetos de lei tramitando no Congresso que reduzem direitos trabalhistas.

— Vão passar o golpe de qualquer jeito. Mas não passarão o retrocesso social no Brasil, porque não aceitaremos — disse o magistrado.

Entre os projetos, estão o da terceirização, a proposta de emenda à Constituição do Trabalho Escravo, o que estabelece que o negociado entre as partes prevaleça sobre o legislado e a reforma da Previdência. O vice-presidente de política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto, afirmou que os auditores defendem reajuste da tabela do Imposto de Renda maior do que os 5% anunciados por Dilma.

História

A origem do Dia do Trabalho foi lembrada por Viana. A luta pela jornada de oito horas resultou na morte de três manifestantes em Chicago, nos Estados Unidos, em 1886, após choque com a polícia. Em outras manifestações, nos dias 3 e 4 de maio, ocorreram mais mortes e condenações de sindicalistas. Em junho de 1889, a 2ª Internacional Socialista, em Paris, estabeleceu manifestação anual para lutar pelas oito horas diárias de trabalho e escolheu a data de 1º de maio para homenagear os trabalhadores de Chicago.

Viana listou as conquistas dos trabalhadores no Brasil, como a criação, em 1930, no governo Vargas, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Decreto 22.042/1932, que regulamentou o trabalho infantil, a instituição da Justiça do Trabalho em 1934 e do salário mínimo em 1940. Em 1º de maio de 1943, criou-se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), depois em 1962 o 13º salário, no governo João Goulart e, em 1966, o FGTS.

Veja mais sobre o processo de impeachment nas pág. 6 e 7

Com Congresso no roteiro, tocha olímpica passa hoje em Brasília

A tocha olímpica passará hoje pelo Congresso por volta das 10h30. Após cerimônia no Palácio do Planalto com atletas, um condutor descerá a rampa, em direção à sede do Legislativo. Vai passar pela plataforma superior da Câmara e do Senado, pelo Itamaraty, continuando o percurso até a Catedral, onde entrará com a tocha. A Catedral estará fechada ao público. O público terá condições de assistir à passagem da tocha olímpica em outros pontos da cidade, como a Ponte JK, a condução em lancha até o Clube do Exército e percurso na orla do Pontão do Lago Sul.

Segundo a Polícia do Senado, a Esplanada dos Ministérios ficará fechada das 9h às 11h30, a partir da Catedral

até a Praça dos Três Poderes.

O revezamento começou em Olímpia, na Grécia, 100 dias antes da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016. De lá, a chama passou pela sede europeia da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, pelas mãos de uma brasileira de 13 anos. Chega hoje ao Brasil, por volta das 5h, pelo Aeroporto Internacional de Brasília. Da capital, começará a trilhar o caminho ao Rio de Janeiro, a parada final. Mais de 300 municípios de todas as regiões do país receberão a tocha olímpica.

Outras informações sobre a passagem da tocha olímpica podem ser obtidas nos endereços: www.vibrabrasilia.com.br e www.rio2016.com/revezamento-da-tocha.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT/CMA/CI Limite para banda larga

8h45 Audiência interativa conjunta debate limite ao uso de dados de banda larga, o bloqueio dos serviços após o limite da franquia contratada e providências sobre problemas reclamados pelos consumidores.

IMPEACHMENT Especialistas contra

10h A comissão especial ouve os professores Geraldo Luiz Mascarenhas Prado, Ricardo Lodi Ribeiro e Marcello Lavenère.

SENADO DO FUTURO Rondonópolis

11h Apreciação de requerimento para diligências em Rondonópolis (MT), para acompanhar criação de universidade.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Relatório

14h A comissão apresenta relatório de Avaliação de Políticas Públicas sobre o Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

PLENÁRIO Desvinculação

14h A PEC 143/2015, que desvincula receitas de estados e municípios, abre a pauta.

MP 703 Acordos de leniência

14h30 Apreciação de relatório sobre a MP que dispõe sobre acordos de leniência.

CAE Energia limpa

14h30 A comissão analisa o PLS 311/2009, que estabelece medidas de estímulo à produção de energia limpa, e mais 10 itens.

TRANSPARÊNCIA Gastos da Presidência

14h30 A comissão analisa requerimentos e o PLS 62/2016, que dispõe sobre a divulgação de gastos pessoais da Presidência da República pagos com cartão corporativo.

CONSELHO DE ÉTICA Caso Delcídio

14h30 O conselho analisa parecer sobre o senador Delcídio do Amaral.

MP 700 Desapropriações

15h Análise de relatório da MP que altera regras em desapropriações por utilidade pública.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

16h Renan Calheiros dirige a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão Especial do Impeachment. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Tecnologia na educação é falha, aponta debate

Com atraso no setor, gerações crescem com dificuldade de entender informações divulgadas pela imprensa, disse representante da Unesco, que sugere alfabetização midiática

A EDUCAÇÃO É o setor mais atrasado no uso de tecnologia no país. A avaliação é do coordenador de Comunicação e Informação da Unesco no Brasil, Aduato Soares, que participou ontem em debate do Conselho de Comunicação Social (CCS).

O órgão auxiliar do Congresso fez o debate em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado hoje. Durante o encontro, os participantes discutiram os limites da atividade jornalística, o uso da tecnologia no setor educacional e seu papel no acesso à informação.

Segundo Soares, a falha no setor educacional compromete a formação das gerações futuras, que crescem com dificuldades de assimilar e decodificar adequadamente as informações difundidas pelos meios de comunicação.

Para ele, o Brasil ainda convive com escolas sem luz elétrica e com professores que nunca entraram em contato com computador, simplesmente porque o sistema educacional não avançou no uso da tecnologia.

Aduato também defendeu a alfabetização midiática e disse que, para a Unesco, o desenvolvimento tecnológico pelos alunos de todo o mundo é “muito mais que bem-vindo”. Ele também citou dados do Conselho Gestor da Internet no Brasil, segundo os quais a população brasileira reduziu seu interesse em pesquisa e educação e avançou em temas ligados a entretenimento e compras.

— Percebemos que a rede incita as pessoas a produzir coisas construtivas, transformadoras. Mas, por outro lado, pode ser inutilizada por outra parte da



Conselheiro José Francisco Lima; Miguel Cançado, presidente do conselho; e Aduato Soares, da Unesco: reunião abordou também liberdade de imprensa

população. A pergunta é: a internet vai promover avanços e liberdades ou mais escravismo, diferença e divisões? — indagou.

Liberdade de expressão

Na mesma reunião, o conselho aprovou nota alusiva ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Assinada pelo presidente do órgão, Miguel Ângelo Cançado, a nota repudia qualquer tentativa de cerceamento da atividade da imprensa e condena as agressões sofridas ultimamente pelos profissionais da mídia e pelas empresas de comunicação.

Para a conselheira Patrícia Blanco, a

liberdade de expressão é uma batalha diária enfrentada pelos profissionais da comunicação, conforme apontam relatórios da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

— Nos últimos anos, o Brasil tem passado intolerância acima do ponto em relação aos jornalistas. O público não está aceitando a pluralidade de idéias e isso é muito grave, pois inibe a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a atividade jornalística.

O conselheiro Davi Emerich cobrou a criação de mecanismos de apuração de credibilidade nos meios de comunicação, especialmente na internet. Emerich também defendeu o aprimoramento

do debate sobre liberdade de expressão pelo conselho.

Os conselheiros aprovaram também a realização de audiência pública, em data a ser definida, sobre as retransmissoras de TV localizadas na Amazônia Legal. A preocupação com a atuação das retransmissoras foi manifestada pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), em reunião anterior do CCS.

Wellington observa que, apesar de exercerem papel de destaque na integração nacional, as retransmissoras operam sem um diploma legal que lhes dê segurança de continuidade na transmissão dos sinais. Existem 1.737 retransmissoras na Amazônia Legal.

Com novos integrantes, CMO já pode ser instalada

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) definiu a maior parte de sua composição para o ano de 2016 e já pode iniciar os trabalhos. Falta apenas a leitura do documento oficial no Plenário do Senado. Segundo a secretaria da comissão, é possível fazer a reunião de instalação já amanhã.

O Senado tem direito a dez cadeiras na CMO. As lideranças partidárias já fizeram nove indicações. Resta apenas uma vaga para o Bloco da Oposição (PSDB, DEM, PV). Dos dez suplentes a que o Senado tem direito, seis já estão indicados.

Já as bancadas da Câmara

indicaram, até agora, 20 dos 31 deputados que participarão da CMO como membros titulares e 14 dos suplentes. A presidência da CMO caberá a um deputado em 2016.

Caso o documento com as indicações seja lido ainda hoje, a CMO já poderá ser instalada amanhã. A sessão de instalação será presidida pelo membro mais idoso entre aqueles com o maior número de legislaturas. Se houver acordo entre os partidos, também pode ocorrer a eleição do presidente no mesmo dia.

A última gestão da CMO encerrou os trabalhos em março

e a comissão está inativa desde então, como consequência da mudança da configuração partidária no Congresso. A nova composição terá temas importantes a tratar a partir do primeiro dia. A prestação de contas do governo federal de 2014, que tem parecer unânime do Tribunal de Contas da União (TCU) pela rejeição, ainda está pendente. Será preciso designar um novo relator para analisar a questão.

Além disso, a comissão tem na fila a alteração da meta fiscal deste ano e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017.

Novas regras para acordo de leniência em análise hoje

Deve ser votado hoje relatório da comissão mista que analisa a medida provisória que modificou as regras para acordos de leniência entre a administração pública e empresas acusadas de cometer irregularidades de cometer irregularidades (MP 703/2015). O relatório do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) é favorável ao texto.

Pelo texto, o acordo deve ser firmado pela Secretaria

de Desenvolvimento Econômico, em nome da União, e pessoas físicas ou jurídicas autoras de infração contra a ordem econômica.

A MP amplia a ação da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Membros do Ministério Público criticaram a MP por não reforçar papel do órgãos nos acordos.

Comissão deve votar relatório da MP das desapropriações

A comissão mista que analisa medida provisória sobre desapropriações de áreas para uso público volta a se reunir hoje para tentar votar o relatório da MP, da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ). O texto perde validade no dia 17.

O parecer é favorável à medida (MP 700/2015), que permite a construtoras desapropriar imóveis em áreas destinadas a projetos usando o Regime Diferenciado de Con-

trações Públicas. O objetivo é simplificar procedimentos para estimular o investimento privado em infraestrutura.

A relatora disse que a principal dificuldade é o limite de até 12% para juros compensatórios em desapropriações, inclusive para a reforma agrária. A bancada ruralista entende que isso afetaria os interesses do setor produtivo, possibilitando desapropriações por preços desvalorizados.

Nova formação

COMPOSIÇÃO DA CMO (SENADORES)		
BLOCO	TITULARES	SUPLENTES
PMDB	Waldemir Moka (PMDB-MS) Romero Jucá (PMDB-RR) Eunício Oliveira (PMDB-CE)	Marta Suplicy (PMDB-SP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)	Donizeti Nogueira (PT-TO) Telmário Mota (PDT-RR)	Regina Sousa (PT-PI) Fátima Bezerra (PT-RN)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV)*	Ricardo Franco (DEM-SE)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/Rede)	Fernando Bezerra (PSB-PE)	Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC)	Wellington Fagundes (PR-MT)	Zeze Perrella (PTB-MG)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)	Gladson Cameli (PP-AC)	Otto Alencar (PSD-BA)

* O Bloco da Oposição deve indicar mais um integrante

Senado entra no debate sobre limitação da internet fixa

Em audiência pública hoje, senadores e representantes da Anatel e dos provedores discutirão restrições no acesso, que preocupam internautas

Guilherme Oliveira

NO ÚLTIMO DIA 22, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) proibiu que as empresas provedoras de internet criem franquias limitadas nos planos de banda larga fixa. A decisão representou um respiro no debate que havia se alastrado pelas redes sociais nas semanas anteriores e que chega ao Senado: a limitação do acesso à internet e o papel da regulação do setor.

Uma audiência pública sobre o assunto acontecerá hoje, às 8h45, com representantes da Anatel, das empresas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de entidades de defesa do consumidor que protestam contra

a ideia de limitar os planos de internet fixa.

O evento deve mobilizar diversos senadores, uma vez que três comissões estão envolvidas: a de Ciência, Tecnologia, Informação, Comunicação e Informática (CCTI), a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e a de Serviços de Infraestrutura (CI).

— Ainda estamos num início de estudos e de avaliação. Essa audiência, com tantas autoridades representativas, vai permitir que tenhamos uma ideia do que cabe e do que não cabe. Esse assunto ainda é novo para nós. A única coisa que não é nova é que, no Brasil, se costuma cobrar, cobrar e cobrar o tempo todo

— diz o senador Lasier Martins (PDT-RS), presidente da CCTI.

Apesar de ser novo no Senado, o assunto já é familiar para muitos usuários da internet. No início de março, começaram a circular notícias de que alguns dos grandes provedores de internet se mobilizavam para incluir nos contratos de internet fixa as franquias limitadas, que restringem a qualidade da conexão a um determinado volume de uso.

As três maiores empresas do país já comercializam planos com franquias, mas não aplicam rigorosamente as sanções, de modo que a perda de qualidade na conexão, quando há, é geralmente imperceptível.

O posicionamento da Anatel tem sido confuso desde que o

assunto ganhou tração. O presidente da agência reguladora, João Batista de Rezende, chegou a declarar em abril que “a era da internet ilimitada acabou” e que a adoção de planos limitados seria inevitável. Quatro dias depois, a Anatel decidiu proibir a cobrança de franquias por tempo indeterminado.

O tema será analisado pelo Conselho Diretor da Anatel, em data ainda não anunciada. A relatoria está com o conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Junior. Em razão dessa transferência da matéria para a órbita do conselho e como a deliberação ainda não aconteceu, a Anatel não manifestou posição oficial sobre o caso quando procurada pela Agência Senado.



Segundo entidades de defesa do consumidor, provedor não pode reduzir velocidade de internauta que atinge limite de franquia

A Vivo já anunciou que nos contratos firmados a partir deste ano trabalhará com as mesmas regras já impostas à internet móvel. A penalização por excesso de consumo de dados só começaria a valer em 2017 e contratos anteriores não seriam afetados. A empresa diz que ainda não pune os usuários que

esgotam a franquia e afirma que cumpre todas as determinações legais e regulatórias.

A Net, operadora de internet que abrange a maior fatia do mercado brasileiro, também garante que não fez alterações nas políticas e nas características dos planos — alguns dos quais já incluem franquias. A Oi não

enviou resposta aos questionamentos até a conclusão desta edição.

As outras três empresas — Algar, Sky e TIM, que detêm pelo menos 1% do mercado nacional — informaram que não adotam planos de banda larga fixa com franquias limitadas e não têm planos de fazê-lo.

Especialistas dizem que lei precisa ser modificada

Antes de barrar temporariamente os planos limitados, a Anatel havia sinalizado que não vê impedimentos legais para a inclusão de franquias e penalizações à navegação nos contratos, desde que atendidas algumas condições: as empresas precisam submeter os planos à aprovação da agência, oferecer ao cliente mecanismos para acompanhar o consumo e ofertar também planos ilimitados.

No entanto, há quem questione a interpretação de que a lei permite a limitação da conexão à internet. A advogada Maria Inês Dolci, coordenadora da entidade de defesa do consumidor Proteste, entende que a Anatel nem sequer deveria estar tratando do assunto.

— A Anatel quer ter a conexão de internet no bojo da sua atribuição, mas ela não tem previsão para falar sobre isso — observa.

A Lei Geral das Telecomunicações, que criou a Anatel, é de 1997 e não faz menção a serviços de internet, que ainda eram muito limitados naquela época. O pesquisador Rafael Zanatta, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), pede um novo regime jurídico que reconheça a importância que a internet adquiriu para a sociedade neste início de século.

— O Marco Civil da Internet, de 2014, reconhece a internet como essencial para a cidadania. Não é uma questão de consumo. É uma concepção de democracia e participação — argumenta.

Zanatta explica que a Lei Geral das Telecomunicações criou a distinção entre os regimes público e privado de telecomu-



Senadores e entidades comemoram aprovação do Marco Civil da Internet em 2014

nicções, interpretando os serviços do regime público como essenciais e submetendo-os à obrigação de universalização. Só a telefonia fixa foi classificada como serviço de regime público. O pesquisador do Idec defende que a internet em banda larga receba a mesma caracterização.

Para Maria Inês Dolci, o tratamento inadequado que se dá à internet na legislação cria confusão no processo regulatório — que, além da Anatel, é feito pelo Ministério das Comunicações e pelo Comitê Gestor da Internet. — Falta estabelecer quem faz o quê, para que não haja duplicidade. O consumidor não pode ser prejudicado porque os órgãos não se entendem.

Sem uma atualização, alerta Maria Inês, o serviço da internet corre o risco de perder os avanços que já conquistou.

— A internet móvel já está estabelecida e estamos falando de internet fixa. Estamos retrocedendo em termos de acesso.

O Marco Civil da Internet, porém, não é visto unanimemente como uma ferramenta benéfica.

Camilo Caetano, especialista em tecnologia da informação e diretor do Instituto Liberal de São Paulo (Ilisp), argumenta que a lei contribuiu para que os planos limitados entrassem no radar das operadoras.

Ele explica que os provedores de internet usam uma técnica chamada *traffic shaping* para regular o fluxo de dados em momentos de pico de acessos. Ela consiste em controlar a movimentação de pacotes de dados, inclusive retardando ligeiramente a conexão, de modo a equilibrar a circulação e evitar sobrecarga. A neutralidade de rede, obrigação imposta pelo marco civil, impede essa prática.

— Os usuários não conseguem acessar ao mesmo tempo os serviços a velocidade ultrarrápida. A infraestrutura das operadoras é finita. Quando o marco civil entrou em vigor, as operadoras ficaram proibidas de fazer *traffic shaping* e isso fez aumentar o consumo. Sem a opção de restringir o consumo para alguns aplicativos, elas não têm escolha a não ser cortar a internet inteira.

No Brasil, qualidade da conexão e infraestrutura ainda são insuficientes

O senador Lasier Martins ressalta que o principal problema das telecomunicações no Brasil é a qualidade do serviço. Segundo especialistas, um dos fatores que contribuem para a má qualidade é a concentração do mercado. Net, Vivo e Oi detêm mais de 85% das conexões à internet.

Rafael Zanatta, do Idec, acredita que as grandes operadoras adquiriram muito poder de influência sobre a Anatel:

— As empresas não mostram estudos. Querem passar a falsa ideia de que existe um consenso mundial pelo modelo de franquia de dados. É mentira. A Anatel não pode aceitar esse discurso sem pressionar para que empresas apresentem análises e provas.

Zanatta aponta que, em países com mercados de telecomunicações mais amplos, as franquias são um fator de perda de clientes. Segundo ele, isso demonstra que os planos limitados só são interessantes em mercados oligopolizados.

Camilo Caetano, do Ilisp, argumenta que as normas da Anatel são o principal fator de concentração de mercado, devido ao efeito que produzem de limitar a concorrência através de procedimentos burocráticos complexos.

Essa opinião é compartilhada pelo programador e comunicólogo João Paulo Apolinário Passos, colaborador do portal Mercado Popular:

— Apenas as grandes corporações têm a capacidade real de bancar os custos de compreender, processar e executar todas as regulamentações. Essa é a primeira barreira de entrada para

os pequenos *players*. Quando você hiper-regula um setor, por melhores que sejam as intenções, temos menos prestadores de serviço no mercado. Será que vale a pena esse sacrifício em prol de alguns oligopólios? — questiona.

Rankings mundiais

O Brasil é o quarto país mais conectado do planeta, segundo o levantamento *Internet Live Stats*, mas está na 93ª posição no quesito velocidade média da conexão, de acordo com o relatório *State of the Internet*, com uma taxa de transmissão de 3,6 megabits por segundo. A Coreia do Sul, líder do ranking, tem acesso a uma velocidade média de 20,5 megabits por segundo.

Como solução, Apolinário sugere um modelo descentralizado, em que a infraestrutura física em nível macro seria provida por empresas diferentes daquelas que fazem a conexão local.

— Uma empresa seria responsável pela infraestrutura tecnológica, ou seja, trazer os *backbones* e “puxar” os cabos de internet que vêm ao Brasil por diversas fontes ultramarinas e dessas fontes até centrais e servidores nas cidades. Essa empresa então alugaria esses serviços para operadoras locais, descentralizadas.

Concentração

EMPRESA	NÚMERO DE ACESSOS E FATIA DO MERCADO
Net/Claro	8,3 milhões (32,5%)
GVT/Vivo	7,3 milhões (28,8%)
Oi	6,4 milhões (25%)
Algar	462 mil (1,8%)
Sky	279 mil (1,1%)
TIM	262 mil (1%)

Fonte: Telem Consultoria

Não tão rápida

País	Velocidade média de conexão (em megabits/segundo)
Coreia do Sul	20,5
Suécia	17,4
Noruega	16,4
Suíça	16,2
Hong Kong	15,8
EUA	12,6
Canadá	11,9
Rússia	10,2
Uruguai	5,9
Chile	5,7
México	5,5
MÉDIA MUNDIAL	5,1
Peru	4,4
Argentina	4,2
Colômbia	4,2
Equador	4,1
África do Sul	3,7
China	3,7
BRASIL	3,6
Panamá	3,5
Costa Rica	3,2
Índia	2,8
Bolívia	1,8
Paraguai	1,5
Venezuela	1,5

Fonte: State of the Internet, Akamai Technologies, 2015

Em estudo, sugestão popular recebida pelo e-Cidadania

A reação nas redes sociais à ideia dos planos limitados foi imediata. Uma página no Facebook contra a medida acumulou mais de 470 mil seguidores em menos de um mês. No site de petições digitais Avaaz, um abaixo-assinado contra os planos limitados de internet se aproxima de 400 mil assinaturas virtuais. O documento pode ser entregue ao Congresso ou à Anatel, como manifestação da sociedade civil.

No Senado, o Portal e-Cidadania abre para os cidadãos a possibilidade de apresentarem ideias que passam a ser analisadas pelos senadores caso recebam apoios suficientes de outros internautas. Uma dessas sugestões, apresentada em abril, pede a proibição expressa de corte ou diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de banda larga fixa. Em cinco dias ela obteve o número mínimo de 20 mil apoiantes e se tornou uma sugestão oficial (SUG 7/2016). Ela foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá um relator e poderá virar um projeto de lei.

Papel social

Ferramentas como o e-Cidadania são um exemplo da importância social e política que a internet conquistou. Essa é a opinião de Alison Queiroz, chefe do Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania.

— O e-Cidadania é uma ferramenta para as minorias, para as pessoas que não têm muita representação, que não têm dinheiro, que não fazem parte de uma organização. Ele trouxe esse espaço para as pessoas se mobilizarem e tentarem influenciar as decisões políticas do país — explica.

Queiroz relata que muitas discussões que comissões do Senado promovem hoje nasceram no portal. Em geral, elas são ideias polêmicas e com ressonância na vida cotidiana — como a situação legal da maconha e o direito ao aborto —, mas que não encontravam iniciativa entre os senadores. O e-Cidadania deu-lhes uma porta de entrada para o Congresso. Por essa ferramenta, qualquer internauta pode apresentar ou apoiar ideias legislativas e ainda deixar comentários que serão encaminhados ao relator de um projeto e aos demais senadores que votaram nele. — A limitação da internet vai contra a própria ideia do e-Cidadania — diz Queiroz.

Dados trafegam por bandas que se parecem com faixas de uma rodovia

Toda informação virtual — páginas de sites, fotos, vídeos, e-mails, músicas, jogos — circula pela rede em conjuntos de unidades mínimas chamadas bits. Esses conjuntos são os pacotes de dados. O usuário da internet consome pacotes de dados cada vez que acessa sites, baixa arquivos e usa serviços de *streaming* (como o Netflix, para filmes e séries, e o Spotify, para músicas). Oito bits equivalem a um byte, que é a grandeza usada para medir o tamanho dos pacotes de dados que representam arquivos e conteúdos virtuais.

A conexão ilimitada à internet permite que o usuário consuma pacotes de dados sem restrições. Planos limitados garantem a qualidade da conexão enquanto o usuário não esgota a franquia de dados mensal. Caso o consumo de pacotes num determinado mês ultrapasse a franquia, a conexão se torna mais lenta.

A velocidade é determinada pela largura de banda em que os pacotes de dados do usuário circulam. A infraestrutura das operadoras de internet divide o serviço em diversas bandas de tráfego de informação, que podem ser entendidas como faixas de uma rodovia. As bandas mais largas permitem uma circulação mais veloz.

Quanto maior a franquia do plano de conexão, mais larga será a banda em que os dados desse cliente serão transmitidos. Quando a franquia é exaurida, o usuário é transferido para uma banda mais estreita, e sua conexão fica mais lenta. Dependendo da operadora, o usuário pode pagar a mais para evitar a

perda de velocidade.

Atualmente, os planos de internet móvel (para celular e tablet) são os mais afetados pelo esgotamento das franquias. As operadoras não aplicam com tanto rigor a transferência de banda e a redução de velocidade nas conexões de internet fixa (wi-fi doméstico) ou então oferecem planos ilimitados ou com franquias tão altas que o usuário não chega a esgotá-la.

A intenção das operadoras é oferecer planos mais restritos de internet fixa e recorrer com mais frequência à redução de velocidade. As empresas defendem que a medida permite criar planos mais personalizados e aprimorar o sistema em que os usuários que colocam mais pressão na rede desembolsam mais.

Além disso, a Anatel argumenta que o consumo de dados cresceu muito nos últimos anos, sem que as redes tenham acompanhado. Nesse contexto, a adoção de planos de dados limitados seria inevitável. O presidente da agência, João Batista de Rezende, declarou que as empresas “deseducaram” os usuários ao longo dos anos, por isso há resistência à limitação.

Entidades de proteção ao consumidor apontam que esse tipo de cobrança fere o Marco Civil da Internet, que veda a suspensão da conexão salvo em caso de inadimplência, e o Código de Defesa do Consumidor, que proíbe que o fornecimento de um serviço se condicione a limites quantitativos. Elas acusam as empresas de buscarem mais lucros sem melhoria dos serviços ou investimentos na infraestrutura.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre possível criação de limitações à internet fixa: <http://bit.ly/llimitebandalarga>

Saiba mais

Íntegra do Marco Civil da Internet
<http://bit.ly/marcoCivIlInternEt>

Proposta de Ricardo Ferraço beneficia internautas
<http://bit.ly/pls174de2016>

Projeto de Cássio Cunha Lima proíbe franquias
<http://bit.ly/pds14de2016>

Projeto de Eunício Oliveira
<http://bit.ly/pls176de2016>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Participantes do terceiro debate de ciclo de audiências sobre democracia e direitos humanos apontam diferenças salariais e falta de respeito à licença-maternidade e aos direitos trabalhistas das terceirizadas

Sindicatos e governo temem perdas para as mulheres

OS AVANÇOS CONQUISTADOS pelas mulheres brasileiras nos últimos anos correm o risco de retrocesso. A avaliação é de representantes sindicais e do governo que participaram ontem de debate sobre a democracia na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A audiência foi a terceira de ciclo de debates sobre o tema realizado pelo colegiado. As anteriores tiveram a participação de juristas e de representantes religiosos. A próxima será amanhã, com a participação de artistas.

A presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Goiás, Ailma Maria de Oliveira, disse que a

autonomia econômica feminina começa pelo acesso ao estudo. Ela afirmou que não tem sido respeitado o direito a três meses de licença para estudantes gestantes.

— As escolas impõem à estudante que ela tenha no máximo um mês. Isso tem provocado uma grande evasão das estudantes gestantes.

Ela defendeu salários iguais para trabalhos iguais entre homens e mulheres. A diretora de Comunicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Ana Palmira Camargo, reclamou do desrespeito a direitos trabalhistas, especialmente de terceirizadas.

— Sabemos de trabalhadoras, principalmente no telemarketing, que não podem levantar para ir ao banheiro.

A secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, protestou contra o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ela mencionou como conquistas do atual governo a universalização da política de combate à violência contra as mulheres e a lei das trabalhadoras domésticas. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que as propostas anunciadas pelo vice-presidente Michel Temer serão um retrocesso nos direitos sociais.

Saneamento e violência contra a mulher são temas da *Em Discussão!*

Seis anos depois de ser lançada, a revista *Em Discussão!* reformula o projeto editorial. A partir de agora, passa a circular encartada no **Jornal do Senado** e deixa de ser monotemática. A próxima edição circula amanhã.

O número de reportagens foi ampliado sem perda do compromisso com a profundidade das análises, e a revista ganhou duas novas seções: “Em Pauta”, um espaço para notas e fotos que agreguem qualidade técnica ao valor jornalístico, e “Brasil em Debate”, com estudos divulgados pela Consultoria Legislativa em formato de resenha.

Objeto de exame pela revista em duas edições anteriores, o saneamento básico volta a ser destaque

nesta edição, tratando especialmente do combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Já a abordagem do problema da desigualdade de gêneros está baseada na avaliação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.



Reprodução



Regina Sousa (C) preside audiência na Comissão de Direitos Humanos que debateu a democracia, com foco nas mulheres

Gerardo Mangel/Agência Senado

Sancionada lei que cria o Dia Nacional de Combate ao Bullying

A lei que institui 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff na sexta-feira e publicada ontem.

O projeto (PLC 7/2014) que deu origem à Lei 13.277/2016 foi aprovado de maneira simbólica pelo Plenário do Senado em 7 de abril deste ano, exatamente cinco anos depois do chamado Massacre de Realengo. Em escola desse bairro, no Rio de Janeiro, 12 crianças foram assassinadas a tiros. Há indicações de que o autor enfrentou na infância situações de *bullying*.

Ex-aluno do estabelecimento, o assassino tinha 23 anos de idade. Após ser atingido por um tiro disparado por um

policial, ele se suicidou. O caso foi lembrado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em apelo para que o projeto fosse incluído como item extrapauta na sessão do mesmo dia de ocorrência da tragédia.

— Esta é uma data de triste memória. Entretanto, precisamos utilizá-la para refletir sobre o problema crescente da violência no Brasil, sobretudo entre os jovens — justificou.

Para a senadora, que relatou o projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a data reforça o apelo por mais empenho em medidas de conscientização. Segundo ela, o que ocorreu em Realengo motiva indagações sobre o padrão de desenvolvimento cognitivo e emocional dos jovens.

Advogados de Delcídio pedirão anulação de processo

O senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) quer anular o processo contra ele no Conselho de Ética com base em 12 alegações listadas pelos advogados de defesa, que incluem o cerceamento de defesa, a falta de imparcialidade de senadores que integram aquele colegiado e a nulidade das provas utilizadas, como a gravação em que aparece planejando a fuga do ex-diretor internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

O senador faltou a quatro sessões do colegiado convocado para ouvir esclarecimentos a respeito das denúncias de envolvimento na Operação Lava Jato.

Os advogados de defesa sugerem que a pena de cassação de mandato seja substituída pela de advertência ou afastamento temporário do Senado.

Os advogados do senador pedem a retirada da gravação dos autos alegando que se trata de uma prova “imprestável”. Delcídio foi preso depois que a Polícia Federal teve acesso a essa gravação, feita por Bernardo Cerveró, filho do ex-diretor da Petrobras,

durante uma reunião em que Delcídio lhe oferecia ajuda financeira para que Nestor Cerveró não contasse o que sabia à Lava Jato.

O conselho agendou para hoje a votação do relatório de Telmário Mota (PDT-RR) favorável à cassação do mandato de Delcídio por quebra de decoro parlamentar.

Caso a maioria do conselho não acate o pedido de anulação do processo, a defesa pretende impetrar um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nas alegações finais, o senador afirma que foi “explorado para benefício de terceiros”. Ele se refere ao ex-presidente Lula, que, segundo ele, agiu

para proteger o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo e financiador, e a Bernardo Cerveró, que teria atraído Delcídio por “truques cênicos para criar a cama de gato e conseguir o trunfo da sua colaboração sobre o pai”, diz a defesa. No caso, a gravação que motivou a prisão, em novembro de 2015.

No documento de 155 páginas, os advogados de Delcídio sustentam que não há provas contra o parlamentar. O documento pede também que seja declarada a suspeição de Telmário e de todos os integrantes do conselho que anteciparam publicamente juízos de valor sobre o processo.



Telmário e João Alberto no Conselho de Ética: Delcídio faltou a 4 depoimentos

Jefferson Ruy/Agência Senado